

CONV 204/02

WG IV 7

NOTA

de: Secretariado

para: Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais (Grupo IV)

Assunto: Síntese da reunião realizada em 18 de Julho de 2002

1. Tendo em vista a reunião conjunta de 22 de Julho com o Grupo de Trabalho I, o Grupo procedeu a uma troca de pontos de vista sobre o papel dos parlamentos nacionais (PN) no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade. O debate decorreu com base nos seguintes tópicos:

Terão os parlamentos nacionais um papel a desempenhar na fiscalização da subsidiariedade?

2. Houve acordo no Grupo no sentido de considerar que os parlamentos nacionais têm um papel a desempenhar na fiscalização da subsidiariedade. Alguns assinalaram que a natureza essencialmente legislativa das funções dos PN lhes confere uma responsabilidade crucial no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade. A este respeito, alguns intervenientes salientaram que, dada a proximidade dos PN em relação aos cidadãos, é perfeitamente natural que lhes seja atribuído um papel quando se trate de decidir do nível – nacional ou supranacional – mais adequado para a aprovação da legislação.

Os parlamentos nacionais devem actuar isoladamente, ou com outras instâncias?

3. Todos estiveram de acordo em considerar que cabe à Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho a responsabilidade primordial de garantir a observância do princípio da subsidiariedade aquando da apresentação e da análise de projectos legislativos. Foi salientado que a plena observância desse princípio só pode ser assegurada de forma eficaz através da

colaboração entre todos os intervenientes no processo. Além disso, importa evitar que o reforço do papel dos PN neste contexto conduza ao enfraquecimento dos actuais poderes das instituições europeias.

4. Foi por alguns suscitada a questão do papel do Tribunal de Justiça, tendo sido defendida a ideia de que este deveria ser chamado a conhecer (*ex post*) dos processos relacionados com a aplicação do princípio da subsidiariedade que lhe sejam submetidos; foi contudo reconhecida por todos a natureza essencialmente política deste princípio.

Em que fase, ou fases, do processo legislativo deverão os parlamentos nacionais intervir?

5. A maioria dos intervenientes foi de opinião que os PN devem intervir numa fase tão precoce quanto possível, tendo sido avançada a hipótese de participarem na etapa pré-legislativa, analisando previamente o programa legislativo anual da Comissão.
6. Alguns membros propuseram que na fase inicial do processo legislativo o projecto de legislação seja enviado (directamente pela Comissão) aos PN, que verificarão se a proposta obedece ao princípio da subsidiariedade. Foi igualmente assinalado que os PN devem ter a possibilidade de reanalisar o projecto na fase final do processo, pois os textos vão muitas vezes sofrendo alterações substanciais ao longo das negociações. Além disso, foi sugerida a hipótese de ser dada aos PN a possibilidade de intervir em qualquer momento do processo.

Qual o mecanismo mais apropriado?

7. Os intervenientes pronunciaram-se maioritariamente a favor de uma "abordagem orientada para o processo", rejeitando a ideia de criação de novos organismos ou instituições. Alguns foram de opinião que conviria, não obstante, ponderar a hipótese de os PN poderem também debater colectivamente determinados assuntos, como o programa anual de actividades da Comissão. Um membro afirmou que não deve ser excluída a criação de um novo organismo de controlo da subsidiariedade, composto por deputados dos PN.

8. No entender de diversos membros, o controlo parlamentar da subsidiariedade deve ser efectuado por meio da fiscalização regular da acção dos ministros no Conselho. Outros defenderam uma intervenção mais directa dos PN mediante um procedimento específico que lhes permitiria não só participar na fase pré-legislativa (alerta rápido), mas também analisar os projectos de legislação e expressar os seus pontos de vista quanto à observância (ou ao incumprimento) do princípio da subsidiariedade nas propostas. Esta abordagem teria o mérito de levar mais directamente os assuntos europeus aos parlamentos nacionais, de os sensibilizar para as questões da Europa e de criar um sentimento de apropriação.
9. Os intervenientes foram unânimes em considerar que qualquer novo mecanismo a ser eventualmente criado terá de ser leve e eficaz e de modo algum poderá fazer retardar o processo legislativo ou bloquear as actividades da UE.

Outras observações de ordem geral

10. Durante os debates foram tecidas as seguintes observações:
 - Alguns membros afirmaram que neste momento os PN não tiram todo o partido da sua margem de intervenção nos assuntos europeus e dão muitas vezes mostras de falta de interesse (ou de tempo) em assumir responsabilidades.
 - Foi preconizado o estabelecimento de contactos mais directos entre a Comissão e os PN mediante, por exemplo, a realização periódica de sessões de informação dos Comissários aos PN (em visitas ou por teleconferência), destinadas *inter alia* a expor a fundamentação de determinadas iniciativas da Comissão e a dar aos PN o ensejo de se familiarizarem com esta instituição. O Comissário Michel Barnier saudou esta ideia e referiu ter-se já ele próprio pronunciado periodicamente em parlamentos dos Estados-Membros da UE. Foi também preconizado que os documentos da Comissão sejam directamente enviados aos PN, paralelamente ao envio aos governos e não só por intermédio destes, como agora acontece.